

Roseana recorre contra diplomação de Jackson Lago

A coligação Maranhão – A Força do Povo (PFL-PMDB-PTB-PV), que apoiou a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) nas eleições de 2006, entrou com um recurso contra a diplomação do governador Jackson Lago (PDT) e seu vice, Luís Carlos Porto, eleitos pela coligação Frente de Libertação do Maranhão (PDT-PPS-PAN). O pedido foi entregue ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que repassou a ação ao Tribunal Superior Eleitoral. O processo, de 15 volumes, será analisado pelo ministro Carlos Ayres Britto.

A coligação relaciona uma série de infrações, que teriam sido cometidas pela campanha com a ajuda do ex-governador José Reinaldo Tavares (PSB). Segundo a coligação, o governo fez supostas doações irregulares de cestas básicas e kits salva-vidas para moradores da Baía de São Marcos, no município de São José do Ribamar.

Segundo o processo, uma associação de moradores do Grajaú teria recebido ainda R\$ 700 mil em convênio assinado em maio, mas com recursos liberados somente durante no período eleitoral, em julho e agosto.

Roseana Sarney também cita uma suposta apreensão de R\$ 17 mil, pela Polícia Federal, em Imperatriz, valor que teria sido utilizado para a compra de votos. Afirma ainda que houve distribuição de combustível e material de construção.

A coligação derrotada acusa a existência de uma “indústria de contratos e convênios criminosos”, dirigida pelo ex-governador para a “compra de votos e consciências”. A suposta indústria teria influenciado Jackson Lago, que viu no apoio de Tavares a “chance de obter êxito em seu projeto pessoal” de governar o Maranhão.

As acusações são de abuso de autoridade e de poder econômico para compra de votos, o que vai contra a Lei Complementar 64/90 (Lei de Inelegibilidades) e o artigo 41-A da Lei 9.504/97 (Lei das Eleições).

RCED 671 />

Date Created

29/01/2007